

# Desafio da modernização

Economia - Brasil

LUIZ PATRÍCIO CINTRA DO PRADO  
FILHO

O Brasil entra nos anos 90 vivendo talvez uma de suas piores crises, originária da interação dinâmica de inúmeros fatores, desde choques externos até o esgotamento de um modelo de crescimento econômico. As mais recentes análises de nossa conjuntura retratam essa realidade: crescimento econômico médio de 2,3% ao ano na década de 80, inferior aos níveis históricos, nível de investimento abaixo de 17,5% do PIB, profundos conflitos sociais, inflação de 70% ao mês e uma séria crise de governabilidade.

Contradicoriatamente, durante a crise é também gerada a sua solução. Hoje existem condições políticas, sociais e econômicas para o País sair vitorioso dessa batalha. A população votou por mudanças e a sociedade aparenta ter maturidade e consciência da necessidade de enfrentar a crise, porque sabe das dificuldades e reconhece a necessidade de sacrifícios. É a busca de um Brasil moderno.

Pretendo discutir aqui o papel da reforma administrativa na máquina governamental, enfocando-a como parte integrante do processo para superar a crise mais geral. A resolução da crise mais geral passa pela solução do problema da governabilidade. É impossível imaginarmos a transição de uma situação de estagnação econômica, ameaça de hiperinflação e profunda crise social, para outra, de crescimento auto-sustentado, estabilidade política e maior justiça social, sem a presença de um Estado capaz de desenendar e coordenar os programas ou projetos para efetivação dessa mudança. O Brasil necessita reformar o Estado, tanto em estrutura como em tamanho.

A atual estrutura do Estado brasileiro é decorrente da postura intervencionista assumida pelo governo para incentivar e apoiar o

processo de substituição de importações. Nos países retardatários coube ao Estado a tarefa de fomentar e estimular o processo de industrialização, por meio da sua intervenção na economia como Estado-empresário. O Plano de Metas, desenvolvido durante o governo de Juscelino Kubitschek, é um claro exemplo desse fato. Nos governos militares, essa também foi a condução do poder público.

Com a maturação dos investimentos realizados durante o 2º Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e com o estabelecimento de um parque industrial complexo e relativamente completo, começa a se esgotar o modelo econômico de substituição de importações. Está na ordem do dia iniciar um processo de fortalecimento do complexo industrial instalado. Mas o Estado continua agindo da mesma forma e passou a ser um dos empecilhos ao desenvolvimento. Por essa razão, buscar a solução do desajuste existente entre a atual estrutura do setor público e as reais necessidades do País é uma das tarefas do futuro governo.

Sua ação deve ser orientada por quatro princípios básicos:

a) Corrupção, desperdício, favorecimentos ou empreguismo são apenas a ponta do iceberg. É preciso buscar as raízes do problema. A relação Estado-sociedade e o papel deste, como promotor do desenvolvimento econômico, devem ser revistos. A reforma é estrutural;

b) A crise do Estado no Brasil não é um problema meramente ideológico. Reduzir a discussão entre privatizar e estatizar, ou direita e esquerda, é esquecer a sua essência. O Brasil precisa modernizar seu Estado, porque, antes de mais nada, ele não serve mais ao estágio de desenvolvimento de nossa sociedade;

c) A reforma do Estado deverá

ser acompanhada de medidas econômicas, políticas e sociais, modernizadoras do restante da sociedade. Reforma do Estado e reforma econômica andam juntas;

d) Não basta reduzir o número de órgãos ou funcionários. A melhoria do desempenho do serviço público decorre de medidas administrativas, para a dinamização do funcionamento de seus sistemas.

As medidas anunciadas pelo novo governo devem ser analisadas dentro dessas premissas. A redução do número de ministérios, o combate à corrupção e mordomias, a privatização de empresas e a reforma do sistema fiscal são medidas de curto prazo para resgatar a governabilidade. Elas buscam combater o corporativismo, fragmentação e desarticulação da máquina administrativa. São medidas moralizadoras, para reverter o descrédito da população em relação aos governantes. Entretanto, essas medidas somente serão corretas se estiverem inseridas num projeto de reforma mais profunda. Deve ser elaborado um diagnóstico profundo da sua situação organizacional, revendo o papel do Estado junto à sociedade.

O Brasil precisa criar um novo padrão de administração pública. O funcionalismo precisa ser profissionalizado, combatendo-se a desmotivação e o despreparo. O nível de eficiência da máquina administrativa só será aprimorado se forem incorporadas novas tecnologias, como a informática. O processo de modernização do Estado deve ser o processo de melhoria do nível dos serviços prestados à comunidade.

Agora, mais do que nunca, precisamos de um Estado dinâmico e moderno, capaz de incorporar na vida econômica e política a grande parcela da população dela marginalizada. Modernizar o Estado, esse é o desafio do próximo governo.

□ Luiz Patrício Cintra do Prado Filho é economista e consultor da Boucinhas & Campos Consultores.